

Não pagamento dos juros de 88 deve azedar negociações

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — A primeira rodada de negociações da dívida externa neste ano começou ontem com os credores perguntando ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, se o Brasil deseja pagar em dia os juros que vencerem em 1988. “É melhor começar direto no assunto, sem rodeios”, disse o representante de um grande banco europeu, explicando que “com base na resposta vamos moldar nossa atitude”.

O tema ameaça azedar desde o princípio as negociações, visto que muitos bancos consideram os pagamentos pontuais de juros neste princípio de ano, sem nova moratória, um critério para o julgamento das intenções do governo Sarney.

Há diversas versões sobre os compromissos assumidos pelo Brasil a respeito do assunto. Segundo vários membros do comitê de 14 bancos que representa todos os credores do país nas negociações, “temos uma promessa escrita de que a moratória ia terminar e os juros seriam pagos normalmente a partir de janeiro”. Mas tanto o ex-chefe da equipe brasileira de negociações, Fernão Bracher, quanto Milliet afirmam que a posição brasileira sempre foi explicitada claramente e nunca incluiu promessa incondicional de pagamentos. “Para não acabar com as reservas que acumulamos nos últimos tempos e permitir que o país continue crescendo neste ano, precisamos um refinanciamento parcial dos juros”, disse Milliet ao JORNAL DO BRASIL.

Tendo em vista a diferença de opinião sobre o teor exato dos compromissos do Brasil, banqueiros sugeriam ontem que repórteres consultassem fontes do Departamento do Tesouro e do Banco Central Americano. “Eles ajudaram a costurar o acordo interino negocia-

do em outubro e concluído em novembro e podem confirmar nossa versão”, afirmou o representante de um banco americano no comitê de coordenação dos credores.

Mas porta-vozes do Tesouro e do Federal Reserve recusaram-se a dirimir a dúvida. Um funcionário do Tesouro limitou-se a dizer que “sempre entendemos que a intenção brasileira era normalizar a situação. Seria prudente fazê-lo, para evitar o rebaixamento da dívida brasileira na reunião que o Icerc fará no próximo dia 19 de janeiro”. O Icerc é um grupo interministerial americano constituído por representantes do Banco Central, da Companhia Federal de Seguro de Depósitos e do Controlador da Moeda, encarregado de graduar a dívida de países estrangeiros de acordo com sua capacidade e intenção de pagamento.

Os bancos argumentam que uma atitude construtiva por parte do governo Sarney nesse episódio facilitaria um acordo a respeito do reescalonamento da dívida do país que vencerá no próximo ano. Tendo em vista essas dificuldades, eles afirmam que há condições para um reescalonamento plurianual, como o governo brasileiro reivindicou em setembro passado.

Apesar dessas dificuldades, bancos que estavam relutantes em contribuir para o segundo depósito do acordo provisório de financiamento acabaram participando. Graças a isso, William Rhodes, presidente do comitê de coordenação dos credores, e Fernando Milliet anunciaram ontem que o segundo pagamento de US\$ 360 milhões foi feito. Os bancos contribuíram com dois terços desse total e o Brasil com o terço restante.

A reunião de Milliet com os banqueiros avançou pela noite de ontem. Apesar das intenções manifestadas pelos dois lados de uma conclusão das negociações o mais rapidamente possível, espera-se que elas durem pelo menos até o fim deste mês.